

98GT1814

Entre a ruptura e a continuidade:
visões da história do movimento sindical brasileiro

Marco Aurélio Santana
(UFOP)

XXII Encontro Anual da Anpocs
GT: Trabalhadores, Sindicalismo e Política
Caxambu, 27 a 31 de Outubro de 1998

“A palavra novo encanta: Novo Brasil, Estado Novo,
Nova República, novo sindicalismo...”
(L. Martins Rodrigues)

Introdução

As duas últimas décadas deste século têm trazido sérios dilemas para o movimento sindical ao nível internacional. As rápidas e radicais mudanças por que passa o mundo do trabalho impactaram sobremaneira as formas de atuação dos sindicatos. Daí as análises em curso acerca da *crise do sindicalismo*, que, apesar das diferentes posições, tem indicado os efeitos deste processo¹.

No caso brasileiro, que, diferentemente de outros países, só viveu este cenário mais tardiamente, a redefinição de formas de atuação se abateu mais sentida e duramente sobre aqueles setores que, já desde a virada dos anos setenta para os anos oitenta, propugnavam por práticas mais *combativas* e mais *radicais* de ação. Com estas práticas, estes setores, que conformaram o chamado “novo sindicalismo”, visavam romper com as posições então correntes no sindicalismo nacional, mas também, e sobretudo, com aquelas que julgavam caracterizar o passado de sua classe.

Completando duas décadas este ano, o “novo sindicalismo” enfrenta um importante processo de redefinição, incorporando proposições bastante distintas daquelas que o constituíam em seus primórdios. A alteração discursiva e prática que vem sendo experimentada por ele², parece indicar a busca por uma outra identidade. Sendo uma data importante, demonstrativa de vigor e durabilidade, serve, nos marcos de um quadro de mudança, para um balanço de trajetória nas mais diversas áreas - seja naquelas mais diretamente ligadas à prática política, seja naquelas voltadas para o trabalho analítico.

O que nos propomos, aqui, é analisar, a partir de uma das perspectivas envolvidas, algumas das linhas mestras do debate político-acadêmico ao redor do “novo sindicalismo”, em seu contexto inicial, indicando o processo de construção de identidades políticas que estava em jogo naquele momento e que, mesmo tendo em vista o caráter importante do conflito e da oposição na construção identitária, levou a certos exageros.

Poderemos verificar que constituído neste quadro, servindo-lhe mesmo de base, o corte entre o novo e o velho sindicalismo, da forma como se estabeleceu, acabou por obscurecer as continuidades e pontos de contato existentes na prática organizativa dos

¹ Ver entre outros Antunes (1993) e Rodrigues (1997).

trabalhadores, bem como os limites à ela impostos pelo quadro mais geral onde se inseria. Mais ainda, baseando-se em algumas linhas de pesquisas recentes, pode-se observar um certo reducionismo nas visões sobre o passado que serviram para a idéia de ruptura total entre o novo e o velho.

Política e história em disputa

O movimento operário e sindical brasileiro teve, em fins dos anos setenta, um momento de extrema importância para sua história. Submergido após o duro impacto promovido pelo golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco ou quase nenhum espaço de manobra, senão aqueles do silencioso trabalho no interior fabril e de pontuais tentativas mais visíveis de contestação, o sindicalismo de corte progressista reemergia cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. No cenário político mais amplo, a reemergência do movimento dos trabalhadores acabou estremecendo os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo pensados sem eles.

Este ascenso foi marcado pelo surgimento do que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”. Caracterizado por práticas que indicariam sua novidade no interior da história sindical brasileira, mais do que representar uma etapa no processo organizativo e de luta dos trabalhadores em nosso país, este sindicalismo seria uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, mas principalmente aquele demarcado pelo período 1945/1964.

As práticas propostas pelo “novo sindicalismo” deveriam ser entendidas, assim, como uma negação do que se havia feito no período anterior ao golpe militar de 1964. Ao *velho sindicalismo*, dito *populista*, deixava-se o fardo de ser caracterizado por um distanciamento das bases e o pouco empenho reivindicativo pelos interesses imediatos da classe trabalhadora, em detrimento da participação nos arranjos políticos mais amplos. Ele seria responsável pelo atrelamento do movimento dos trabalhadores aos estreitos liames da estrutura sindical corporativa, tornando-o mero apêndice do jogo de dominação das elites.

O “novo sindicalismo” agregava sob sua rubrica uma série de forças distintas entre si, mas que tinham em comum, entre outras coisas, o posicionamento contrário àqueles outros setores os quais classificavam como *reformistas* e/ou *pelegos* e que,

² Ver, por exemplo, Giannotti e Neto (1991) e Rodrigues (1995).

segundo sua visão, através de um sindicalismo de *colaboração de classes*, entravavam o desenvolvimento da luta dos trabalhadores em busca de suas reivindicações.

Este momento de reemergência do sindicalismo nacional pode, portanto, ser caracterizado por uma situação de concorrência entre projetos políticos e sindicais no interior dos setores de esquerda no Brasil³, mais marcadamente entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), na qual se disputavam não só visões acerca do presente, mas também sobre o passado da classe trabalhadora e de seus movimentos.

Na concorrência no interior da esfera sindical, podemos caracterizar dois blocos⁴: de um lado, os chamados sindicalistas *autênticos* reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, os quais, com os grupos integrantes das chamadas *Oposições Sindicais*⁵, compunham o autodenominado bloco *combativo*⁶ e constituiriam o “novo sindicalismo”; de outro, a *Unidade Sindical* que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitos deles vinculados aos setores denominados *pelegos*, e os militantes de setores da esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)⁷.

No caudal dos grupos fusionados no bloco dos *combativos*, desaguavam visões profundamente contrárias às posições assumidas pelo PCB no período anterior ao golpe militar de 1964 e uma crítica geral ao que se designava *populismo*. O sindicalismo pré-64, capitaneado em seu setor progressista pela aliança comunista-trabalhista, era

³ Segundo Mercadante e Rainho (1986: 44), “tendo como pano de fundo a luta pela hegemonia do movimento sindical entre PCB/PT e a forma como deveria dar-se a organização dos trabalhadores dentro e fora das fábricas”.

⁴ Rodrigues (1991) assinala a existência de um outro bloco, relacionado aos grupos de extrema esquerda e ao sindicalismo revolucionário, extremamente minoritário e de pequena influência no processo.

⁵ Agrupando militantes egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes ligados à Igreja progressista, estes setor apresentava uma plataforma que tinha como centro o combate à estrutura sindical corporativa a partir de um intenso trabalho de base via comissões de fábrica. Sua maior expressão estava na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) e podia apresentar posições que iam desde a aceitação do trabalho conjunto com o *sindicato oficial*, até aquelas contrárias à este tipo de articulação.

⁶ Vale dizer que é só a partir das greves de 1978, e no período que se segue até a constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que os sindicalistas *autênticos* e o movimento das *Oposições Sindicais* vão se consolidando enquanto um bloco, em um processo que não se deu sem tensões. Em sua maioria estas forças, junto à outras, estarão presentes também na formação do PT.

⁷ Estes dois blocos seriam as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula. O primeiro, da criação da CUT; e o segundo, da Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Esta passaria, em 1986, a ser a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que depois também se dividiria em duas CGTs (uma, Central; a outra, Confederação)

identificado como uma experiência negativa seja devido à sua parcela trabalhista (entendida restritamente enquanto *populismo*), seja por sua parcela comunista (entendida como linha auxiliar do *populismo*)⁸.

Identificado enquanto o representante da esquerda de então, será sobre o PCB que recairá o peso maior das responsabilidades pelo pré-64. Para os grupos de esquerda, alguns deles saídos de *rachas* do próprio *Partidão*, este teria cometido erros fundamentais que levaram à derrota dos setores populares naquele período, apresentando desvios *reformistas* e de *colaboração de classe*. Esta seria também uma das principais críticas dos setores progressistas da Igreja⁹ que apontavam ainda a prática *cupulista* das lideranças do passado, contrariando a proposta deste setor que propunha uma aproximação imediata com as bases. O fato de que o movimento renascia baseado em sindicalistas *puros*, verdadeiros trabalhadores, a partir da base, reforçava as referidas perspectivas e lhe dava um certo ar imaculado.

Ainda que de forma esquemática podemos dizer que a junção destas visões integradas àquelas do próprio grupo de sindicalistas *autênticos*, consolidam no meio sindical as visões *antireformista* e *basista* que vão alimentar os elementos essenciais deste *novo* movimento sindical. Ele deveria não só ser a superação, mas a negação mesmo do que o PCB e o movimento sindical *populista* haviam feito no pré-64.

Neste processo de diferenciação frente ao passado, também pesava um outro dado original fundante do movimento. Ele tinha como sustentáculo uma classe trabalhadora jovem, nova em tempo e espaço e, portanto, livre das injunções dos *velhos* operários que se submeteram, por vontade própria ou pelas orientações *equivocadas* do PCB, ao cadafalso do *pacto populista*.

Como ilustração deste ideário, podemos tomar uma entrevista concedida, em 1979, por Luís Inácio da Silva, o Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e expoente maior do “novo sindicalismo”, na qual ele diz que: “O que está existindo lá no ABC, principalmente em São Bernardo, é uma massa jovem de trabalhadores, pessoas que não aceitam esse tipo de exploração, que querem

⁸ Segundo Reis Fº. (1998: 26), no pós-64 “prevaleceu a inclinação pela busca de bodes expiatórios e pela crucificação dos culpados. Entre os partidos, a grande vítima foi o Partido Comunista Brasileiro – PCB. (...) o trabalhismo foi outro bode expiatório. Responsabilizado pelo anestesiamiento das “massas”, seus líderes em fuga – para o exílio – eram culpados pela passividade do povo. Chamados “populistas” perderiam o respeito da crítica revolucionária posterior a 64”.

⁹ Para uma visão mais detalhada da trajetória de setores católicos em sua militância sindical no ABC, a partir dos anos cinquenta e sua contribuição na conformação do sindicalismo *autêntico*, ver Martins (1994).

participar da vida política do país, que não viveram o populismo de Getúlio Vargas. São pessoas que começam a acreditar nelas mesmas” (1981: 179)¹⁰.

Levando em conta as novas lideranças despontando em termos sindicais nacionais, ele prossegue, “São quadros de dirigentes sindicais que não tiveram nenhum compromisso com o sindicalismo de antes de 1964, pois surgiram mesmo a partir de 1969” (1981: 179).

A identidade que se buscava cunhar, tinha como contraponto, um PCB que, no momento mesmo da moldagem dela, se associava aos setores *atrasados*, pouco *combativos* e *pelegos*, assim como, supostamente, já o fizera antes. A história, contada em documentos escritos e escrita na própria memória de alguns agentes, indicava isso. E, no presente, o *Partidão* voltava a mostrar-se como era. Cabia combater suas propostas no presente e criticar suas posturas no passado.

A construção do passado e as análises do presente nos estudos acadêmicos

A distinção de posições no campo político-sindical, tinha no meio acadêmico ecos e fontes fomentadoras. A identificação com os grupos envolvidos, vai não só refletir simpatias com tendências políticas, mas também, em um caminho de mão dupla, reforçar a identidade dos grupos, uns em relação aos outros. É em seu trabalho de análise crítica do processo histórico, que setores da intelectualidade vão contribuir fornecendo subsídios às disputas pela hegemonia política e sindical na esquerda e, correlatamente, pela história, servindo de elemento de grande relevo no processo¹¹.

A categoria “novo sindicalismo” foi sendo cunhada na junção entre o movimento social e a reflexão acadêmica. Ao mesmo tempo em que se gestavam as ações dos *novos atores*, que *entravam em cena* rasgando o pano de fundo criado pela ditadura militar e disputavam um espaço no interior do campo político e sindical da

¹⁰ As referências às entrevistas e aos discursos de Lula, quando não indicado o contrário, foram todas retiradas do livro: Lula - entrevistas e discursos, citado na bibliografia ao final do texto.

¹¹ A participação de destaque dos intelectuais na *invenção de tradições*, consolidando e/ou destituindo representações e práticas acerca do passado, já foi assinalada por Hobsbawn (1984: 21). Segundo ele, este processo utilizaria a história como legitimadora das ações, mas também enquanto cimento da coesão social, se tornando em ambos os aspectos, ela mesma, o próprio símbolo do conflito. A história que “se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento” corresponderia em grande medida “àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo”. É por isso que, para Hobsbawn (1984:22), “todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político”.

esquerda brasileira, vários estudos surgiam não só a respeito deste *novos atores*, mas também acerca dos *velhos*.

O que se estabelecia era uma luta pelo presente, trazendo também o passado como referência. Percebe-se, então, a formação de linhas interpretativas que acabavam por ter correlações na arena política¹². Uma, reforçava a idéia da novidade enquanto criticava duramente as práticas anteriores. A outra, tentava resgatar o passado em sua positividade mas, ao se enredar no debate conforme estabelecido, acabou, por vezes, cedendo à um apoio quase incondicional da trajetória passada.

A posição que defendia uma total diferenciação entre passado e presente, rerepresentava, ainda que baseando-se em pontos distintos, uma visão já corrente nos estudos sobre o sindicalismo e o movimento operário no Brasil. Na resenha destes estudos, em termos de suas linhas gerais, realizada por Vianna (1986a), vemos indicada uma de suas características: a *démarche* que tem como suporte a idéia de ruptura entre os sucessivos momentos pelos quais passaram estes movimentos.

Uma das perspectivas seguidas nestas análises, que praticamente inaugurara este tipo de estudo¹³, chamada pelo autor de *interpretação sociológica*, já partiria da idéia da ruptura em termos da história dos trabalhadores brasileiros e de seu movimento. Ela, consideraria “duas grandes fases na formação da classe operária brasileira, drasticamente separadas, antes e depois de 30, procurando associar a radical diferença entre a movimentação sindical notada em ambas à transformações ocorridas em sua composição e no tipo de industrialização” (1986a: 154).

Com isso, tem-se a visão de que antes de 30, formada majoritariamente por imigrantes e orientada pela ideologia anarquista, a classe operária teria conseguido garantir sua autonomia, espontaneidade e ímpeto de luta; em contrapartida, no pós-30, constituindo-se de um novo proletariado de origem rural, portador de uma certa passividade política e sem contato com ideologias anti-capitalistas, esta mesma classe foi presa fácil do *populismo*.

Muitos dos elementos para a consolidação da idéia de um “novo sindicalismo”, partiram, em grande medida, do que Vianna (1986 a) chamou de *interpretação política*. Na análise que esta vertente faz do pré-64, “não se sentirá a mesma melancólica

¹² Como indicado por Sader (1988: 60), “todo discurso é obrigado a lançar mão de um sistema de referências compartilhado pelo que fala e seus ouvintes. Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses significados”.

nostalgia, nutrida quanto ao proletariado dos anos 10 e 20, em relação ao das décadas seguintes. O tom se faz duramente crítico, para assinalar a responsabilidade política do movimento operário e sindical na dissolução da ordem liberal em 1964” (1986a: 147).

Nesta visão, as *debilidades* da classe deveriam ser buscadas não em sua origem ou composição, mas nas orientações de sua liderança. Apesar de partir da conjuntura pré-64, chega-se, retrospectivamente, a identificação do *erro* na condução do movimento dos trabalhadores, em sua suposta origem “num pacto populista celebrado no imediato pós-30” (1986a:148).

Integrante desta *interpretação política*, podemos tomar os ensaios de Weffort (1973 e 1978) como um dos pilares centrais da formulação explicativa que auxiliou a cunhagem, nos estudos acadêmicos, da visão crítica acerca da prática e das orientações dos comunistas e do movimento sindical no período 1945/1964. Nas análises do autor, a prática comunista teria se caracterizado, em linhas gerais, por: a) uma ação por dentro da estrutura sindical corporativa, carreando o movimento dos trabalhadores para os liames desta, servindo-lhe mesmo de reforço; b) centralidade repousando mais nas reivindicações políticas do que nas econômicas, elegendo o Estado como *locus* de ação em detrimento da sociedade civil; c) orientação para formação de entidades de cúpula com o correlato distanciamento das bases; d) concentração de força nos setores tradicionais da economia com dificuldades de expansão nos setores modernos.

Para Weffort (1973 e 1978), com estas orientações, o PCB, ao *dar sangue e vida* ao *corpo* da estrutura sindical corporativa¹⁴, teria atrelado os destinos do movimento sindical aos do Estado populista e com ele seria derrotado em 1964. À perspectiva seguida por Weffort (1973 e 1978) vão se agregar outros estudos, mais pontuais e/ou específicos que, embora com nuances e pontos levemente divergentes, reforçaram os traços já definidos antes (Moisés, 1978 e Spindel, 1980).

Vale dizer que Weffort vai estar presente, ao longo dos anos setenta, nos debates sobre a formação de um partido de corte popular e socialista no Brasil, integrando-se mais tarde ao grupo que se engaja na construção do PT. A produção ensaística do autor sobre o pré-64, mantém claras relações com a sua inserção e orientações nestes debates. É ele mesmo que em um dos seus textos, sobre o movimento sindical pré-64, assinala

¹³ Nela se incluíam as pesquisas realizadas por Azis Simão, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues e José Albertino Rodrigues.

¹⁴ Neste quadro, para Weffort, o movimento sindical *populista* teria apresentado pouco ou nenhum interesse na alteração da estrutura sindical corporativa, ficando isto espelhado no seu baixo empenho no combate ao Imposto Sindical, elemento essencial à manutenção e reprodução da mesma.

ser “evidente que a revisão crítica do passado não se refere apenas ao passado. O que está em questão não é apenas a necessidade de um escrupuloso levantamento da verdade histórica mas a de uma crítica das imagens deformadas que a própria história produziu em seu curso (...)” (1978: 17)¹⁵.

No entender de Weffort o período pós-golpe possibilitaria um repensar teórico e político acerca da classe trabalhadora e sua participação na política brasileira. Em entrevista aos Cadernos de Debate, em 1976, ele indica que “O período pós-64 representa uma ruptura, ou melhor, oferece as bases para uma ruptura, ao nível das elites intelectuais e políticas, da imagem elitista feita sobre a classe operária. O elitismo veio à tona o que cria a possibilidade de se formular um ponto de vista novo sobre o que pode vir a ser a participação da classe operária em nossa política” (1976: 82).

Este processo se efetivaria também junto às massas já que, “assim como os intelectuais e políticos tem hoje melhores condições para criticar o elitismo do passado, as massas podem também, dentro de sua própria experiência histórica, perceber corretamente o que significa a situação atual e acrescentar esse conhecimento à sua experiência”¹⁶.

Mas, se as formulações de Weffort (1973 e 1978) foram incorporando adesões, proposições alternativas buscaram um olhar diferente sobre o passado. Neste grupo podemos incluir Martins e Almeida (s/d) - que travaram um debate direto com Weffort -, e Vianna (1983). Estas análises, substituíam as visões de Weffort (1973 e 1978) por uma que, segundo eles, embora mantendo uma certa crítica, intentava ponderar os limites à ação comunista delineados pela correlação de forças no interior da sociedade e assinalar em que medida, ainda que com restrições, a experiência do passado teria significado um importante avanço político e organizativo para a classe trabalhadora¹⁷.

Assim, os debates presentes na disputa pela hegemonia nos setores da esquerda - na política em geral e no meio sindical em particular -, definiam, claramente, como um de seus campos de batalha, o passado. Conforme indicou Vianna (1983: 9), “Os fatos

¹⁵ Articulando as tarefas do presente frente ao passado, Weffort (1978: 18) assinala que “o problema que inevitavelmente se coloca em face das questões do presente de uma esquerda perplexa e desvinculada da classe operária, é o da avaliação crítica da herança recebida (...) Com que parte da herança devemos ficar?”.

¹⁶ O elitismo, “menosprezo pelas massas”, indicado por Weffort, seria “predominante na historiografia brasileira desde o período colonial” e, “de maneira mais sofisticada”, permearia “inclusive as ideologias de esquerda” (1976:82).

¹⁷ Outras relativizações da posição de Weffort (1973 e 1978) podem ser encontradas em: Troyano (1978), Maranhão (1979), Sarti (1981) e Delgado (1986).

não passam de fatos, e só vêm a integrar o campo da política na medida em que organizados e interpretados por quem é ator em política”¹⁸.

Embora debatendo e tentando fazer ressalvas à posição de Weffort (1973 e 1978), as colocações que buscavam ler o passado de forma alternativa não conseguiram muito avanço em seu intento. Como na política, onde o “novo sindicalismo” e o PT iam deslanchando; no mundo das análises, a interpretação de Weffort (1973 e 1978) assumiu caráter de leitura hegemônica acerca do passado, conseguindo enquadrar toda a riqueza da conjuntura 1945/1964, com apenas alguns ensaios¹⁹.

Porém, se o passado se tornava um espaço de disputa, o pós-64 também cumpria seu papel e ia servindo igualmente de terreno aberto à caracterizações de diferenças, distinções e rupturas²⁰. No campo das práticas e orientações sindicais, é Weffort (1972) que assinala, ao analisar as greves de Contagem e Osasco, realizadas em 1968, as distinções entre estes movimentos, organizados pela base e por empresa, e o sindicalismo *cupulista* do pré-64. Segundo sua indicação, que desprestigiava e subestimava o papel da ação dos *sindicato oficial* naqueles movimentos, estas seriam as características futuras de uma organização sindical independente e autônoma.

Este ponto, aliás, será retomado por Moisés (1982), onde podemos perceber uma grande ligação entre as avaliações e perspectivas do presente e as leituras do passado. Moisés (1982) assinala que a força das demandas *espontâneas* da base de trabalhadores, dava o grande vigor ao movimento que reemergia. Porém, este precisaria enfrentar uma tensão que não era nova no movimento dos trabalhadores: como dar vazão as demandas dos trabalhadores, sem *castrá-lo* ou *submetê-lo* a lógica burocratizada e burocratizadora do *sindicato oficial*.

A importância dada à autonomia e espontaneidade das bases, deveria ser, portanto, em uma indicação quase programática, um dos motes deste novo movimento. Com isso, se resgatariam experiências do *passado*, não aquelas referentes ao *sindicalismo oficial*; mas sim, aquelas que acabaram por ele sufocadas²¹.

¹⁸ Na mesma linha, Antunes (Escrita/Ensaio,1980:3) indicava, à época do debate, que certas concepções sobre o pré-64, ficaram “quase que consolidadas como interpretações “fiéis” aos fatos”. Antunes, na conjuntura, esteve à frente de pelo menos três debates, publicados posteriormente, articulando tanto *novos* e/ou *velhos* militantes, como estes e setores da intelectualidade.

¹⁹ A importância e a centralidade assumida pelas formulações explicativas de Weffort (1973 e 1978), podem ser constatadas nas diversas pesquisas que as utilizaram. Mesmo nos estudos posteriores que resultaram na sua relativização, as idéias de Weffort serviram como freqüente contraponto analítico.

²⁰ Para uma visão mais ampliada das diferentes linhas no debate acerca deste processo ver Vianna (1986b).

²¹ Moisés (1982) além de resgatar este ponto em Weffort (1973), tem, ele mesmo (Moisés, 1978) um estudo sobre a “greve dos 300 mil”, ocorrida em 1953, onde seu eixo de discussão é exatamente analisar

Alguns outros estudos (Rodrigues, 1970; Almeida, 1975 e Humphrey, 1979) se dedicaram a análise da composição interna da nova classe operária que teria dado origem à uma lógica de demandas e ações que definiriam distinções também no campo de orientações e organização²². Para algumas dessas leituras, a nova classe operária, trazia alterações para o campo sindical que de alguma maneira explicitava os limites da estrutura sindical corporativa, empurrando-a para mudança. Assim, se no passado o movimento sindical pôde se acomodar, ou ser acomodado, à estrutura oficial; neste novo contexto, pareciam reduzidas as possibilidades de acomodação ao modelo vigente.

Os impactos da ação destes *novos atores*, segundo Moisés (1981: 73), teria atingido a arena política geral de forma pouco palatável para o regime, ainda que este já se orientasse para a distensão. Deste modo, “partindo de reivindicações bem precisas e concretas, definidas no terreno especificamente sindical, o “novo sindicalismo” evoluiu no sentido de apresentar certas demandas políticas que não são toleradas pelo Estado”. O alcance destas ações, intentando a conquista de direitos sociais e políticos dos trabalhadores, projeta o “novo sindicalismo” na luta geral pela democracia no Brasil.

O “novo sindicalismo” se caracterizaria, assim, por dedicação prioritária as reivindicações imediatas da classe, ainda que com impactos no campo político (daí o surgimento do próprio PT); uma proximidade maior de sua base de representação e um confronto com a estrutura sindical corporativa, tendo em vista o arcaísmo desta na limitação das ações dos representantes dos trabalhadores na busca de suas reivindicações. O discurso deste “novo sindicalismo” com relação à patrões, Estado e legislação se caracterizava pela radicalização que explicitava no caso dos patrões, o combate à intransigência dos empresários e as agruras e os sofrimentos no interior fabril; e no caso do Estado e das leis, trazia à tona as desconfianças em um Estado autoritário que em pouco, ou nada, se importou em criar vínculos com os trabalhadores, e que ao contrário, lhes dava mais controle, repressão e *arrocho salarial*. Esta postura, discursiva e prática, que incluía também outras possibilidades de matizes, auxiliaram no forjar de uma nova identidade tendo como alicerces o passado e o presente (Nascimento, 1993 e Furtado, 1996).

as relações entre espontaneidade e direção política, verificando as formas utilizadas pelos comunistas para *canalizar* o movimento autônomo dos trabalhadores para o interior do *sindicalismo oficial* e, ato contínuo, atrelá-lo ao Estado.

²² Rodrigues (1970) e Almeida (1975), que depois reverá sua posição, indicam os limites de orientação política desta nova classe operária, tendente ao acomodamento e ao “apoliticismo”; no que não são seguidos por Humphrey (1979 e 1980). Apesar da dificuldade de rastrear sua utilização, podemos indicar

O novo e suas falas sobre o passado e o presente

Tanto quanto nos estudos acadêmicos, os atores mais diretamente envolvidos no movimento social também se esmeravam em marcar as diferenças do “novo sindicalismo”. Analisando o discurso dos mesmos, podemos verificar de que maneira eles julgavam estar construindo um caminho alternativo, distinto em termos da história organizativa de sua classe. A estrutura sindical corporativa serviu como um dos elementos utilizados pelos *novos* para distinguir-se das práticas do passado²³ e pode servir-nos de bom exemplo das representações que informavam a classificação que faziam sobre eles mesmos e acerca dos outros.

A preocupação com esta questão foi sempre parte integrante das críticas feitas pelos “novos sindicalistas” em termos da história de sua classe e do debate político no qual se inseriam, se constituindo em um eixo que deveria dar a orientação *justa* ao movimento. Lula se referia constantemente à esta estrutura em seus pronunciamentos. Segundo ele, “Há um entrave imposto pela estrutura sindical brasileira (...). O movimento sindical tem esse cordão umbilical preso ao Ministério do Trabalho” (1981: 66). No entendimento de Lula, ela seria “totalmente inadequada(...)[,] foi feita de cima para baixo (...) É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado.(...) O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista” (1981: 45). Este argumento deixa claro o que seriam alguns dos pilares do “novo sindicalismo”: a luta por liberdade e autonomia sindical, e a crítica radical aos mecanismos de *atrelamento* do sindicato ao Estado.

A autonomia deveria se efetuar em relação ao Estado, mas também na relação com os partidos, evitando o desvio do movimento das reivindicações e interesses imediatos dos trabalhadores. Em entrevista à revista *Cara a Cara*, em 1978, Lula assinala que o que havia *mudado* no sindicalismo brasileiro da época era o fato de que alguns dirigentes sindicais buscavam tornar o sindicalismo independente “de uma vez por todas”. Para ele, “Isso não acontecia, por exemplo, antes de 1964, quando sabíamos que muitos movimentos eram feitos por interesses políticos, muitas vezes em benefício de quem estava no poder e mesmo de quem não estava mas queria chegar lá” (1978: 54).

Almeida (1975) como um dos primeiros trabalhos a definir um perfil do “novo sindicalismo”, mesmo que em um sentido um tanto diferente daquele pelo qual ele seria reconhecido um pouco depois.

²³ Sendo este critério aceito mesmo por alguns analistas. Segundo Boito Jr. (1991a:77), “*O novo sindicalismo nunca fez uma defesa doutrinária da estrutura sindical, como fazem os comunistas*. Se ele

Corroborando a idéia de Weffort (1976) de que no pós-64 teve-se a possibilidade de identificar e combater o *elitismo* tanto na literatura como no seio da *massa*, Lula assinala que neste novo momento haveria “a consciência de que o trabalhador é trabalhador, desacreditando de um monte de coisas que o enganou durante muito tempo. Ele acreditava, por exemplo, que o governo podia fazer muitas coisas para a classe trabalhadora, porque estavam muito marcadas na mente do trabalhador as pseudobenevolências de Getúlio Vargas.[Ele, o trabalhador,] (...) acreditava que a classe política, mesmo não sendo composta de trabalhadores, mas, sim, de empresários e outros membros da elite, era eleita para fazer alguma coisa em seu benefício. Hoje ele não acredita mais nisso. Hoje ele está acreditando em muito nas suas forças” (1978: 54-55)²⁴.

Para Olívio Dutra, outro porta-voz da nova visão sindical no setor bancário, “a estrutura sindical é um instrumento político, só que a serviço da classe dominante e não daqueles a quem deveria servir. O sindicato que queremos é aquele organizado na base, articulado com os setores populares e que é real em algumas regiões e em algumas categorias. Mas o sindicato legal, institucional, é uma ferramenta da classe dominante” (Escrita/Ensaio, 1984: 143).

O pronunciamento de Dutra reitera não só a crítica à estrutura sindical corporativa, mas também reforça a importância de um outro pilar de sustentação da *nova prática*. A organização pela base seria a pedra de toque desta nova proposta. Nesta mesma linha segue José Ibrahim, um dos líderes da greve de Osasco em 1968, e um dos principais representantes do pensamento das *Oposições Sindicais* em fins dos anos setenta. Ele assinala que “só se rompe com a estrutura sindical, verticalista, populista e corporativista, através da organização pela base, da organização das comissões de fábrica (...) Com isso se democratiza o sindicato em todos os níveis (...) e isso para mim é o sindicalismo do novo tipo” (Ensaio, 1980: 17).

Os “novos sindicalistas” além da visão crítica com relação ao presente, apresentavam também uma postura bastante crítica acerca do passado. Para Ibrahim, por exemplo, a tentativa de rompimento com a estrutura sindical no pré-64, seguiu passos

possui algo de novo, é justamente esse maior distanciamento em relação ao passado populista do sindicalismo brasileiro”.

²⁴ A visão compartilhada por Lula e Weffort é muito semelhante àquela apontada por Reis Fº. (1998: 26) como uma das perspectivas abertas, com o golpe de 64, em termos de leituras e análises políticas das esquerdas. Segundo ele, esta visão indicava que com o acirramento das contradições sociais trazidas pela ditadura, “o povo cedo abriria os olhos e despertaria do sono que fora imposto pelos “reformistas” do PCB e pelos “populistas” do PTB”.

equivocados. Esta não seria “a forma mais conseqüente de romper com essa estrutura sindical. Porque ela estava sendo feita de cima, e o rompimento tem de começar de baixo” (Escrita/Ensaio, 1980: 69). Segundo Lula, teríamos “que fazer uma certa divisão do movimento sindical antes e após 64. (...) eu acredito que o movimento sindical antes de 64 foi muito usado politicamente, fazia-se talvez uma *politicalha* em vez de defender realmente a categoria” (1981: 28).

Ligando a luta do presente contra o *peleguismo* com as questões do passado, Lula chega mesmo a dizer que “os homens que estão todos aí, toda a cúpula do sindicalismo é composta por homens de antes de 64. Isso também define o pelego: o cara consegue se moldar a qualquer tipo de governo. (...) Não vivi bem a época do João Goulart, mas acho que ele ouvia muito dirigente sindical de gabinete, sem base popular” (1981: 29). No seu entendimento, o movimento pré-64 poderia ter conseguido muita coisa; porém, “não fez talvez porque os interesses maiores não fossem os da classe trabalhadora” (1981: 25). Para Olívio Dutra, o “novo sindicalismo” não podia incorrer no mesmo erro do passado criando organismos “que não tinham maior vinculação com a base” (Escrita/Ensaio, 1984: 144).

Assim, o sindicalismo do passado aparecia para os “novos sindicalistas”, como de cúpula, sem bases, de gabinete, marcado por interesses políticos, distante da classe trabalhadora. A partir destas colocações podemos perceber algumas das concepções iniciais que informavam as práticas do “novo sindicalismo” e de que forma o passado representava uma presença constante em termos negativos, como uma receita que não deveria ser seguida; antes, criticada e ultrapassada.

Este seria um aspecto importante em algumas idéias que difundiram-se tanto no movimento social, como nos estudos acadêmicos. Poderíamos assinalar como pontos freqüentes de contrastação entre passado e presente: a importância do Imposto/Contribuição Sindical na manutenção da estrutura sindical corporativa (identificação de pouco empenho no passado para alterar este quadro e correlata acomodação/necessidade primordial no presente); vinculação do sindicato com as bases (identificação de pouco empenho no passado devido ao *cupulismo*/necessidade primordial no presente, sendo esta percebida como forma indispensável de democratização efetiva da estrutura sindical); liberdade e autonomia frente aos partidos e ao Estado (identificação de pouco empenho no passado, onde teria ocorrido exatamente o contrário/necessidade primordial no presente para garantir a luta do movimento dos trabalhadores em busca de suas reivindicações, sem *politicalha*).

Mudanças no presente e o passado em perspectiva diferenciada

As concepções apresentadas até aqui, construídas no movimento social e nos estudos acadêmicos, tiveram lugar de destaque nos primórdios do “novo sindicalismo”, sendo de extrema importância para a constituição de sua identidade. Hoje, passados vinte anos, o “novo sindicalismo” se tornou, através da CUT, o projeto mais duradouro da história do sindicalismo nacional, incorporando sua parcela mais significativa. O PCB se extinguiu oficialmente²⁵. O PT, após uma dura e conflitada trajetória de institucionalização, assumiu a posição de principal partido de esquerda no país. Este processo, vai apontar para a possibilidade de rever algumas das idéias que estavam nos pilares de todo este quadro.

No meio sindical as práticas do “novo sindicalismo”, apesar dos avanços importantíssimos para o sindicalismo nacional, foram se demonstrando também limitadas para as tarefas que se propunha e pelas quais criticava a ação dos militantes do passado. A alteração da estrutura sindical cedeu lugar à um certo acomodamento e coexistência²⁶. A organização nos locais de trabalho não se espalhou como o esperado, permanecendo uma experiência limitada²⁷. Com a mudança de contexto sócio-político e econômico, o discurso radicalizado abriu espaço ao discurso da negociação²⁸. A própria greve que antes era colocada como fato sempre imediato na quebra da intransigência patronal, e que distanciaria o “novo sindicalismo” do sindicalismo de *colaboração de classe* do pré-64, necessita agora, segundo algumas indicações, ser revista e repensada. Aparentemente, o “novo sindicalismo” busca uma nova identidade.

Na academia, pesquisas recentes²⁹ começaram a relativizar de forma mais profunda algumas das considerações arraigadas acerca das práticas sindicais no pré-64 e que, de certo modo, contribuíram como base de sustentação para a formação da identidade inicial do “novo sindicalismo”³⁰. Além disso, em uma de suas perspectivas,

²⁵Tendo repartido seu espólio de militantes, centralmente, entre o Partido Popular Socialista (PPS) e o PT, e deixado sua sigla para um grupo minoritário de aguerridos militantes egressos de suas fileiras.

²⁶ Para uma indicação do processo de reforma e persistência da estrutura sindical ver Boito Jr. (1991a). No que diz respeito às contradições da CUT em termos da extinção da Contribuição Sindical, por exemplo, ver Gomes e D’arújo (1993).

²⁷Ver Boito Jr. (1991a) e Rodrigues (1991).

²⁸ Em um processo indicado por Rodrigues (1995) como a passagem da *confrontação* à *cooperação conflitiva*.

²⁹ Algumas delas vão ser realizadas por pesquisadores que de alguma forma estiveram ou estão ligados a órgãos de assessoria que, organicamente ou não, desenvolvem trabalho junto à entidades sindicais identificadas com o “novo sindicalismo” (Santana, 1997; Costa, 1995; Negro, 1994 e Fontes, 1997).

³⁰ Em momentos anteriores, tais formulações já sofreram importantes questionamentos pontuais como, por exemplo, em Troyano (1978), Maranhão (1979) e Delgado (1986).

parte destes estudos, tem indicado, diferentemente de outras tradições, vínculos de possível continuidade entre os diferentes momentos vividos pelos trabalhadores e seus movimentos no País.

Não informados pelas preocupações do debate político - que marcou em grande medida a produção anterior -, e embasados em pesquisa empírica de fundo - do que tanto careceram os predecessores -, estes estudos indicam, por exemplo, que a prática comunista, e como decorrência pelo menos a da parcela hegemônica do sindicalismo do pré-64, não pode ser caracterizada por um afastamento da base nas empresas (Ramalho, 1989; Silva, 1995; Santana, 1997; Costa, 1995 e Fontes, 1997). Ao contrário, os militantes de base do partido e dos sindicatos intensificaram a constituição de um sem número de organismos dentro dos locais de trabalho, que serviram de elo de ligação entre o sindicato e a base, reforçando a pressão desta sobre aquele.

As pesquisas demonstram ainda que, apesar das dificuldades, os comunistas tentaram se implantar também nas empresas e/ou setores de ponta da economia, em umas com mais eficácia que outras (Santana, 1997; Negro, 1994 e Fontes, 1997). Associados, estes estudos assinalam que a perspectiva que apresentava um total atrelamento e ratificação da estrutura sindical pelo sindicalismo no pré-64, não dá conta da complexidade das práticas daquele sindicalismo na conjuntura, e acaba por reduzi-la.

Um outro eixo de pesquisa traz estudos que indicam as possibilidades dos vínculos de continuidade entre o *novo* e o *velho* sindicalismo (Pessanha e Morel, 1991; Nascimento, 1993; Negro, 1994; Martins, 1994; Ladosky, 1995 e Mattos, 1996). Estes trabalhos, ressaltando as claras discontinuidades em termos do quadro sócio-político e econômico de inserção dos *dois* sindicalismos, o que já garantiria em parte suas especificações, tentam analisar de forma mais fina outros elementos participantes do processo de formação da classe operária, que não aqueles inscritos meramente nos marcos estruturais.

Assim, seja indicando, entre outros, a política e a militância, ou os processos formacionais no interior dos locais de trabalho, ou ainda as tradições e permanências em termos das categorias - o que acaba por incorporar ambos -, estes estudos trazem à tona os longos e às vezes imperceptíveis laços que vinculam os períodos e práticas diferenciados que separam o *novo* e o *velho* sindicalismo³¹.

³¹Indicariamos também o trabalho de Boito Jr. (1991b) que se preocupa em analisar, em marcos mais estruturais, os processos constitutivos e de continuidade do que ele chama de *sindicalismo de Estado* em nosso país e que englobaria, por exemplo, de forma especificada, tanto sindicalismo pré-64 como a CUT.

O que desponta destas pesquisas como um todo é a importância da atuação dos comunistas na democratização do espaço sindical para a participação de grandes massas de trabalhadores e a inversão que os mesmos efetivaram, ainda que por dentro da estrutura corporativa, transformando os sindicatos em elementos centrais na representação dos interesses dos trabalhadores (Santana, 1997; Costa, 1995; Negro, 1994 e Fontes, 1997).

Porém, como anteriormente, a preocupação não se dá apenas com o passado. O desenvolvimento do “novo sindicalismo” em termos mais recentes, vai sendo também foco para análises que visam uma compreensão do fenômeno não apenas no período de seu surgimento, o qual priorizamos neste artigo, mas tentam ainda incorporar sua trajetória posterior.

Algumas destas análises continuam reforçando, a nosso ver equivocadamente, a oposição *novo/velho* a partir, por exemplo, da democratização e da aproximação com as bases trazidas pelo “novo sindicalismo”, ainda que indiquem os impasses e dilemas vividos por estas novas práticas (Mangabeira, 1993)³². Em outra linha, encontramos análises que visam dar conta do processo de transição pelo qual passa o “novo sindicalismo” em termos dos impasses e tensões em sua institucionalização (Rodrigues, 1990; Antunes, 1991; Almeida, 1992; Rodrigues, 1993; Ladosky, 1995 e Zanetti, 1995). Outras indicam de forma bastante crítica os limites da ação deste *novos atores*, à medida que os mesmos foram se afastando do suposto leito de origem de sua formação, seguindo um rumo contrário a ele (Boito Jr., 1991a e Giannotti e Neto, 1991).

O novo e a atualização de práticas passadas

Como dissemos, o que ocorreu na conjuntura de surgimento do “novo sindicalismo”, foi uma disputa pela hegemonia político-sindical que trouxe em seu bojo, como uma de suas perspectivas, a disputa pela história que reverberava na direção oposta, reforçando a consolidação de posições diferenciadas no debate. Neste quadro, a suposta correção das propostas no *presente* era dada, de certa maneira, pelo seu referencial nas leituras que estas mesmas posições faziam do *passado*.

Distanciados do epicentro da disputa, podemos olhar não só para o *passado* mais afastado, como para aquele mais próximo, e rever algumas leituras. A relativização

³² Morais (1994 e 1995) traz uma boa análise da relação “novo sindicalismo”/democracia sindical, sem contudo trabalhar esta como uma ruptura com o pré-64. O autor deixa claro que o “velho sindicalismo” ao

acerca das práticas sindicais no pré e no pós-64, cotejadas com as limitações concretas encontradas pelo sindicalismo em seu período recente, podem lançar luz sobre problemas que os setores de esquerda enfrentam já historicamente em sua relação tanto com a classe trabalhadora, como com seus órgãos de representação na esfera sindical. Mais do que apenas dependentes da vontade e das orientações deste ou daquele grupo, que certamente devem ser levadas em conta, é preciso buscar explicações ampliadas que incluam a moldura geral que envolve estas relações, incorporando, por exemplo, as limitações oferecidas pelo sistema político e as resistências oferecidas pela própria classe, em termos ativos ou passivos, aos projetos que visam sua representação.

Em termos identitários o caráter de ser *novo*, como temos vivenciado sucessivamente em nosso país, pode apresentar possibilidades férteis e atrativas, até mesmo para o *marketing* político³³; porém, em termos históricos pode não coincidir com as experiências concretas. Só para darmos alguns exemplos, apontaríamos o seguinte.

A idéia de que houve “falta de bases” no sindicalismo pré-64, já foi bastante questionada, apresentando a falta de bases deste tipo de argumentação. Pode-se perceber que houve uma confusão, na crítica política, entre o sindicalismo que despontou no imediato pós-64 – ele mesmo representado por forças conservadoras de há muito atuantes no meio sindical -, com o apoio e incentivo do regime militar e de suas intervenções, fortemente caracterizado pelo *peleguismo* e pelo viés conservador - distanciado das bases a não ser pelas práticas assistenciais-; e aquele do pré-64 onde esteve sempre presente a preocupação com a aproximação e incorporação das massas às suas entidades representativas e a atuação no intento de “voltar estas entidades para a luta”.

Neste sentido, podemos indicar que a organização de base, mesmo ligada ao *sindicato oficial*, foi sempre uma constante na experiência organizativa dos trabalhadores. Além disso, estas organizações serviram de ponto de apoio para a *tomada* do sindicato pela corrente que efetivava seu *trabalho na base*. Se, como afirma Moisés (1978), o sindicalismo do pré-64 foi pródigo em canalizar os impulsos da *base* para os liames do *sindicato oficial*, podemos dizer o mesmo do sindicalismo *autêntico* que, no

qual ele contrapõe esta prática do “novo”, se refere “à prática e aos dirigentes conservadores que assumiram os sindicatos brasileiros no pós-64” (1994: 71).

³³ O mesmo ocorrendo no meio acadêmico. Como assinalou Furtado (1996: 25) em sua análise da literatura produzida acerca dos *novos atores*: “tanto o mercado editorial quanto as publicações científicas serão extremamente receptivas a estas contribuições”.

interior do bloco *combativo*, trabalhou sempre em defesa do *sindicato oficial*, em suas disputas e divergências com as visões mais radicais das *Oposições Sindicais* – o que inclusive os aproximava dos comunistas -, no que diz respeito às propostas sindicais, na conjuntura³⁴.

Na verdade, esta é uma longa tradição do sindicalismo nacional, orientado por posições progressistas. Desde que o *sindicato oficial* existe foi freqüente, a maior parte do tempo, entre estes setores sindicais, a sua defesa - como órgão importante na conquista e garantia de direitos para os trabalhadores-, conjugada à luta por sua democratização³⁵.

A *canalização* dos impulsos da *base*, mais que uma mera instrumentalização unilateral da *espontaneidade* dos trabalhadores, significava exatamente a incorporação de suas pressões por seus representantes, mesmo sob pena de sua institucionalização. No decorrer da história do movimento sindical brasileiro, este tipo de pressão teve força, inclusive, para impactar e alterar linhas políticas de partidos interessados na direção política dos trabalhadores. O grau de eficácia dos setores progressistas à frente dos sindicatos, no que diz respeito à tornarem-se a efetiva direção de suas bases, se deu sempre em relação direta com sua capacidade de incorporar e interagir com as práticas oriundas dos setores mais dinâmicos da classe.

No que diz respeito ao combate ao Imposto/Contribuição Sindical, Rodrigues (1968) assinala como, no pré-64, era comum o fato de que quando uma corrente se encontrava em minoria ou fora do sindicato, atacava acerbamente o referido imposto, assumindo posição contrária assim que passasse a ser *situação*. O “novo sindicalismo” não parece ter escapado totalmente desta lógica. Ainda que tenha incorporado um discurso radical contrário ao imposto, que para ele significava um atrelamento ao Estado e também, importante neste caso, a sustentação dos *pelegos* – o que, aliás, havia sido a postura dos comunistas quanto foram defenestrados de seus espaços na estrutura sindical-, os *novos atores*, à medida que se tornaram *situação* em muitos sindicatos,

³⁴ Como bem assinalou Sader (1988: 182), “A particularidade que marcou a corrente dos “autênticos” foi sua capacidade de absorver as pressões das bases e canalizá-las para o interior do aparelho sindical. Tratou-se de uma operação das mais delicadas. Era tão estreita a margem legal para seu trabalho que viviam na ambigüidade entre querer evitar a insatisfação das bases e tentar manter o respeito à legalidade”.

³⁵ Almeida (1992) aponta esta perspectiva já desde os anos 40. Conforme indicado por Boito Jr. (1991a), apesar da retórica violenta expressa em termos tais como “quebrar”, “desmontar” ou “implodir”, o que tivemos nos marcos do setor *combativo* e, por decorrência, no “novo sindicalismo”, foram proposta de democratização da estrutura sindical.

mostraram menor radicalismo prático quanto ao mesmo, passando a *reconhecer* e indicar as dificuldades na sua extinção³⁶.

O mesmo tipo de procedimento foi indicado por Santana (1998) acerca das práticas *paralelas* ao *sindicato oficial*. No pré-64, a corrente que estava fora do sindicato tendia sempre a propugnar por mais espaços, até mesmo *por fora* do sindicato, para buscar espaços no interior dele e, a partir daí, clamar contra práticas *divisionistas* e *paralelas* daqueles que estavam *fora dele*³⁷.

Uma constante na história do sindicalismo nacional, por parte de seus setores progressistas, desde a instauração do *sindicato oficial*, foi articular o espaço interno da estrutura sindical com formas de organização que lhe eram externas, mas poderiam ser utilizadas de maneira complementar. Os comunistas que fizeram isto à perfeição no passado, criticaram bastante quando este mesmo mecanismo foi utilizado pelos setores *combativos* - em fins dos anos setenta e início dos anos oitenta -, que insistiam em ampliar os espaços das *Oposições Sindicais*, o que aumentaria seu poder na disputa com o outro bloco.

Da mesma forma vamos ver a CUT reduzindo gradativamente os espaços destas *Oposições* em seu interior, assim que se torna *status quo*³⁸. Controlar um *sindicato oficial*, portanto, passou a ter peso importante no interior da CUT, como forma de legitimação e garantia de representatividade.

O “novo sindicalismo”, portanto, trouxe em seus marcos uma atualização de práticas já experimentadas na história do sindicalismo por setores que, ao seu tempo, se identificaram com posições progressistas no avanço da luta dos trabalhadores. Ao se identificar com o pólo mais dinâmico da classe em seu movimento, o “novo sindicalismo” deu uma grande contribuição no sentido de combater as políticas conservadoras e restritivas para o movimento sindical – dentre elas aquelas que, naquele momento, associavam *pelegos* e setores da chamada *esquerda tradicional*-, ampliando a

³⁶ Hall (1996: 3), corroborando a visão de Gomes e D’araújo (1993), assinala que “While the Central Única dos Trabalhadores (CUT) defends union autonomy in principle and formally calls for the repeal of existing legislation, there is much concern that introduction of union pluralism and the end of the compulsory tax would destroy weaker unions”.

³⁷ Os próprios governos jogavam com isto. Nos anos 40 por exemplo, quando os comunistas estavam retomando os espaços nos sindicatos, o governo Linhares trabalhou pela pluralidade sindical o que abriria um flanco de ataque aos comunistas por outros grupos, enfraquecendo seu poderio. Já no governo Dutra, com os comunistas varridos dos órgãos sindicais, o governo trabalhou pela unicidade, o que dificultaria a luta dos comunistas pela representação dos trabalhadores. Ver Santana (1998).

³⁸ Na luta interna da CUT isto significou, de certa forma, a redução de flancos de ataque pelos grupos oposicionistas ao setor hegemônico.

participação dos trabalhadores em suas entidades na luta por suas reivindicações, bem como sua intervenção no quadro político mais geral.

A *classe em movimento* teve no “novo sindicalismo” um importante canal, lhe servindo como elemento vocalizador e fomentador de suas demandas, como outros haviam sido anteriormente. Da mesma maneira, o “novo sindicalismo” teve de enfrentar, e ainda enfrenta, as dificuldades que já historicamente colocam desafios para a experiência política e organizativa da classe trabalhadora brasileira. Talvez, a ênfase extremada em sua novidade, tenha lhe impedido de colocar tais dificuldades em seu lugar devido.

Bibliografia

Almeida, M. H. Tavares de.(1975), “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”. in: *Debate e crítica*, Nº6, julho, São Paulo, Hucitec.

_____.(1984), “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”, in: Almeida, M.H.T. de e Sorj, B. (orgs), *Sociedade no Brasil pós-64*, 2^a ed., São Paulo, Brasiliense.

_____.(1992), Crise econômica e organização de interesses: as estratégias do sindicalismo brasileiro nos anos 80, São Paulo, USP, Tese de Livre-Docência.

Antunes, R. (1980), “30 anos de luta sindical”, texto de apresentação à Escrita/Ensaio – Movimento operário: novas e velhas lutas, in: *Escrita/Ensaio*, Nº6, Campinas, Escrita.

_____.(1991), O novo sindicalismo. São Paulo, Brasil Urgente.

_____.(1993), Impasses e desafios: a crise e os sindicatos. in: *Teoria e Debate*, Nº 20, São Paulo, Partido dos Trabalhadores.

Beynon, H. (1973), Working for Ford. London, Allen Lane.

Boito Jr., A. (1991a), “Reforma e persistência na estrutura sindical”. in: *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Boito Jr., A. (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1991 b), O sindicalismo de Estado no Brasil. São Paulo, Hucitec/Unicamp.

Costa, H. da. (1995), Em busca da memória. São Paulo, Scritta.

Delgado, L. Neves. (1986), O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil – 1961/1964. Petrópolis, Vozes.

Faria, H. Barreto de (1986), A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Metalúrgica e a dinâmica do movimento operário (1964/1978). São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado.

Fontes, P. (1997), Trabalhadores e cidadãos – Nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo, Annablume/Sind. Dos Químicos e Plásticos-SP.

French, J. (1995), O ABC dos operários – conflitos e alianças de classe em São Paulo 1900/1950. São Paulo, Hucitec/Pref. Mun. de S.C. do Sul.

_____. (1997), “Drowning in laws but starving (for justice?): Brazilian labor law and the workers’ quest to realize the imaginary”. Mimeo.

Furtado, J. Pinto. (1996), Trabalhadores em educação - experiência, imaginário e memória sindical nos anos 80 e 90. Ouro Preto, Editora da UFOP.

Giannotti, V. e Neto, S. Lopes. (1991), Cut ontem e hoje - o que mudou das origens ao IV Concut. Petrópolis, Vozes.

- Gomes**, A de Castro. (1988), *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice/IUPERJ.
- _____. e **D'araújo**, M. Celina. (1993), “A extinção do Imposto Sindical: demandas e contradições”, in: *Dados*, Vol. 36, Nº2, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- _____. (1996), “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, in: *Tempo*, Vol.1, Nº2, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Hall**, M. (1996), “Corporatism, Fascism, and the origins of Brazilian labor law”. *Paper* apresentando na Brazilian Studies Association, King's College, Cambridge, set.
- Hobsbawn**, E. (1984), “Introdução: A invenção das tradições”, in: *A invenção das tradições*, **Hobsbawn**, E. e **Ranger**, T. (orgs.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Humphrey**, J. (1979), “Operários na indústria automobilística no Brasil: novas tendências do movimento trabalhista”, in: *Estudos Cebrap*, N.º. 23, São Paulo, CEBRAP.
- _____. (1980), “As raízes e desafios do ‘novo’ sindicalismo da indústria automobilística”. in: *Estudos Cebrap*, n.º 26, São Paulo, CEBRAP.
- Ladosky**, M. H. Guedes. (1995), *Movimento sindical e estratégia corporativista: a trajetória e os impasses da CUT no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado.
- Mangabeira**, W. (1993), *Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Anpocs/Relume Dumará.
- Maranhão**, R. (1979), *Sindicatos e redemocratização*. São Paulo, Brasiliense.
- Martinho**, F. Palomanes. (1996), “O populismo sindical: um conceito em questão”, in: Reis, E., Almeida, M.H.T.de e Fry, P. (orgs), *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo, ANPOCS/Hucitec.
- Martins**, C. Estevam e **Almeida**, M. H. T. de. (s/d), *Modus in rebus*. Mimeo.
- Martins**, H. H. T. de Souza. (1994), *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo, Hucitec; São Caetano do Sul, Prefeitura de São Caetano do Sul.
- Mattos**, M. Badaró (1996), *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*. Niterói, Uff, Tese de Doutorado.
- Menezes**, C. e **Sarti**, I. (1981), *CONCLAT 1981: a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. Coleção ILDES, Nº3, Campinas, Cartgraf.
- Mercadante**, A. e **Rainho**, L.F. (1986), “CUT e CONCLAT: a divisão política do movimento sindical”, in: *Trabalhadores urbanos no Brasil 82/84 – Aconteceu Especial*, Nº16, São Paulo/Rio de Janeiro, CEDI.
- Moisés**, J. Álvaro. (1978), *Greve de massa e crise política*. São Paulo, Pólis.

_____.(1981), “As estratégias do novo sindicalismo”. in: *Revista de cultura e política*, n.º 5 e 6, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Morais, J. Ventura de. (1994), “Sindicatos e democracia sindical: representatividade e responsabilidade política”, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N.º 25, São Paulo, ANPOCS.

_____.(1995), “ “Novo” Sindicalismo e democracia sindical: um teste e uma crítica do modelo eleitoral”, in: *Dados*, Vol. 38, N.º 3, Rio de Janeiro, IUPERJ.

Morel, M. (1981), *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Nascimento, R.H. Malta. (1993), *Peões e Trabalhadores do Brasil - Novos e velhos militantes no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado.

Negro, A. Luigi. (1994), *Ford Willys anos 60. O sistema auto de dominação e os metalúrgicos do ABC*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado.

Núcleo Ampliado de Professores – PT/SP. (1981), *Lula: Entrevistas e discursos*. São Paulo, O Repórter.

Pessanha, E. e **Morel**, R. (1991), “Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro”. in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 17, outubro, Rio de Janeiro, Anpocs/Relume Dumará.

Ramalho, J. Ricardo. (1989), *Estado patrão e luta operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Reis F., D. Aarão. (1997), “A maldição do populismo”, in: *Linha Direta*, N.º. 330, São Paulo, Partido dos Trabalhadores.

_____. e **Moraes**, P. de .(1998), *1968: a paixão de uma utopia*. 2ª ed., Rio de Janeiro, FGV.

Rodrigues, I. Jácome. (1991), *As comissões de empresa e o movimento sindical*. In: Boito Jr. (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____.(1993), *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*. São Paulo, Tese de Doutorado.

_____.(1995), “O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva”. in: *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 9, N.º 3, jul./set., São Paulo, Fundação SEADE.

Rodrigues, J. Albertino. (1968), *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difel.

Rodrigues, L. Martins. (1970), *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo, Brasiliense.

_____. (1974), *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo, Brasiliense.

_____. (1990), *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo, Paz e terra.

_____. (1997), *Declínio das taxas de sindicalização: a década de 80*. *Paper* apresentado no XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú.

Sader, E. (1988), *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Santana, M. Aurélio. (1997), *Partido e militância sindical - a atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947/1964)*. in: *Revista de Sociologia e Política*, N.º 8, Curitiba, UFPR.

_____.(1995), “Cultura sindical e identidade nos anos 80/90”. in: *Revista de Ciências Humanas*, Vol.13, Nos. 17 e 18, novembro, Florianópolis, Editora da UFSC.

_____.(1998), *Esquerda e sindicato no Brasil: o PCB (1945/1964)*. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Doutorado.

Silva, F. Teixeira. (1995), *A carga e a culpa - os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937/1968)*. São Paulo/Santos, Hucitec/Pref. Munic. de Santos.

Spindel, A. (1980), *O partido comunista na gênese do populismo*. São Paulo, Símbolo.

Troyano, A. (1978), *Estado e sindicalismo*. São Paulo, Símbolo.

Vianna, L. Werneck. (1983), *A classe operária e a abertura*. São Paulo, Cerifa.

_____.(1986a), “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”. in: *Travessia – da abertura à constituinte 86*, Rio de Janeiro, Taurus.

_____.(1986b), “Atualizando uma bibliografia: “novo sindicalismo”, cidadania e fábrica”. in: *Travessia - da abertura à constituinte 86*. Rio de Janeiro, Taurus.

Weffort, F. (1972), “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968”. in: *Cadernos Cebrap*, N.º 5, São Paulo, CEBRAP.

_____.(1973), “Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra)”. in: *Estudos Cebrap*, N.º 4, abr-jun, São Paulo, CEBRAP.

_____.(1976), Do anarquismo ao populismo, entrevista aos Cadernos de Debate – História do Brasil, N.º 1, São Paulo, Brasiliense.

_____. (S/D), Dejemonos de farsas inúteis. Mimeo.

_____.(1978), “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964”. in: *Revista de Cultura Contemporânea*, N.º 1, São Paulo, CEDEC.

Zanetti, L. (1995), O novo no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios. Rio de Janeiro, FASE.

Entrevistas e debates extraídos dos seguintes periódicos:

Cadernos de Debate: (1976), N.º. 1, História do Brasil. São Paulo, Brasiliense.

_____. (1980), N.º. 7, Por um novo sindicalismo. São Paulo, Brasiliense.

Cara a Cara: (1978), N.º. 2, Campinas, Centro de Estudos Everardo Dias.

Escrita/Ensaio: (1980), N.º 6, Movimento operário: novas e velhas lutas. São Paulo, Escrita.

_____.(1984), N.º 13. São Paulo, Escrita.